

**RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO**

Exmo. Sr.
Sebastião Nobre da Silva
DD. Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Ref.: Processo Licitatório nº 33/2019 - Modalidade: Concorrência
PROCESSO SEI: Nº 19.16.3720.0007017/2019-51

TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA -EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 04.647.524/0001-20, sediada na Rua Moacyr Carvalho, 11- Bairro Das Indústrias - Belo Horizonte/MG, CEP 30.610-450, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional usografado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

usografado

MSX
0

No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob as alegações apresentadas:

9. **TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.:** *a* “- A empresa indicou somente o engenheiro civil José Roberto Sobreira Silva Araújo como responsável técnico pelo objeto desta licitação. Porém, o mesmo não possui atribuição para atender ao item de relevância “Execução de instalações de cabeamento estruturado” e não possui cadastro ativo junto ao CBMMG.” *b* “- Além da CAT do profissional indicado, apresentou CAT de outro profissional (engenheiro eletricista Rogério Roldi Rodrigues) que consta no Certificado de Registro de Pessoa Jurídica do CREA da empresa, porém não consta declaração da empresa indicando este profissional.”

Data máxima vênua ao entendimento adotado pela ilustre Comissão, o mesmo não pode prosperar, sob pena de retirar do certame uma empresa plenamente apta a executar os serviços licitados, nos termos do Edital, o que fatalmente fere de morte os princípios da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório e restringe indevidamente o caráter competitivo do certame, conforme ficará demonstrado adiante.

II – AS RAZÕES DA REFORMA

As razões da inabilitação, não resiste a leitura dos comandos do Edital e a documentação apresentada pela recorrente e à finalidade que se destina a exigência em questão.

Equívocou-se a comissão a afirmar que a empresa indicou somente o engenheiro civil José Roberto Sobreira Silva Araújo como responsável técnico para o objeto desta licitação, pois se o fosse, não justificaria a inclusão no processo licitatório da documentação CAT do engenheiro eletricista Rogério Roldi Rodrigues, que é profissional habilitado para execução das instalações de cabeamento estruturado, pertencente ao quadro técnico da empresa e será responsável técnico por estas instalações, e visto que o mesmo não constou na declaração porque o item 4.3 do Edital pede para indicar “UM” profissional como responsável técnico pelo objeto desta licitação, desta forma atendendo os requisitos do edital.

Outro fato que nos causou estranheza foi o fato de inabilitar tecnicamente a licitante, pelo simples fato de não possuir cadastro ativo junto ao CBMMG, sendo que na certidão 003.267/08, folha 02/04, transcrita abaixo, comprova que a licitante ter a capacidade técnica necessária para execução de projetos e instalações de sistemas de Prevenção e Combate a incêndio, a qual executou uma obra para Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, sob jurisdição do CBMMG, que teve como requisito para sua entrega definitiva a emissão do AVCB, portanto implicitamente, está apta tecnicamente junto CBMMG.



PROFISSIONAL:

NOME : JOSE ROBERTO SOBREIRA SILVA ARAUJO
TITULO : ENGENHEIRO CIVIL
REGISTRO : 0400000069215
ATRIBUICOES:
ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO FEDERAL 23.569 DE 11
DE DEZEMBRO DE 1933.

CONTRATADA : TERRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA

REGISTRO: 029175

NRO DA ART: 1-4003938100 DATA ANOTACAO : 23/10/2006 DATA BAIXA : 21/07/2007

MOTIVO DA BAIXA : CONCLUSAO DE OBRA/SERVICO

CONTRATANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRA
LOCAL DA OBRA/SERVICO : RUA JOSE SANTANA 503 CENTRO
PROPRIETARIO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRA
CIDADE : PATOS DE MINAS - MG
ATIVIDADE(S) TECNICA(S):
2644 EXECUCAO DE OBRA/SERV.TECNICO / CIVIL
4347 PROJETO / HIDRO/SANITARIO
2447 EXECUCAO DE INSTALACAO / HIDRO/SANITARIO
4351 PROJETO / TELEFONIA
2451 EXECUCAO DE INSTALACAO / TELEFONIA
4350 PROJETO / PREVENCAO INCENDIO
2450 EXECUCAO DE INSTALACAO / PREVENCAO INCENDIO
4357 PROJETO / ELETR./BAIXA TENSAO C/I < 50KW
2457 EXECUCAO DE INSTALACAO / ELETR./BAIXA TENSAO C/I < 50KW
4343 PROJETO / CALCULO ESTRUTURAL

FINALIDADE : 34500 CONST MISTA P/ FINS COMERCIAIS
QUANTIFICACAO : 1.270,38 METROS QUADRADOS
VALOR OBRA / SERVICO : R\$ 900.547,25
CONTRATO/HONORARIOS : R\$ 0,00
TIPO DE CONTRATO : EMPREITADA
DESCRICAO COMPLEMENTAR: CONCLUSAO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIACAO
DA AC / CDD PATOS DE MINAS

Para melhor elucidação dos fatos, vejamos o como se pede no Edital:

4.3.2 – Para comprovação de capacidade técnico-profissional, será considerado como itens de relevância as atividades descritas a seguir:

- Execução de instalações de sistemas de Prevenção e combate a incêndio (Salientamos que o engenheiro R.T deverá ter cadastro ativo junto CBMMG);

Como se vê, no edital pede-se que o R.T **deverá ter** cadastro ativo junto CBMMG, tempo verbal futuro do presente, ou seja, uma condição futura para execução dos serviços, que será atendida, quando logarmos vencedores do certame, com um simples requerimento, acompanhado de documentos e pagamento de taxa, visto que já cumprimos os requisitos de capacitação técnica, em obras semelhantes e já termos cadastro no INFOSCIP do CBMMG desde 26/02/2014 como se vê a seguir:

INFOSCIP Cadastro de Pessoa Física **BOMBEIRO MILITAR**

RT

A pessoa física informada possui projeto(s) cadastrado(s).

F12-Gravar Fechar

Dados da Pessoa Física

Conselho Profissional
CREA
CPF
998.796.866-91
Nome
JOSE ROBERTO SOBREIRA SILVA ARAUJO
Especialização
Logradouro
RUA URSULA PAULINO
Número
1321
Bairro
ESTRELA DO ORIENTE
CEP
Telefone
(31) 3384-1113
Situação
HABILITADO

Número Conselho
MG000069201SC
RG
M5617606
Complemento
T2 AP 1508
Município
BELO HORIZONTE
UF
Minas Gerais
E-mail
JRSSA@HOTMAIL.COM
Data Inclusão
26/02/2014 09:49:51

Atualizar com o CREA/CAU

prodemge INFOSCIP - Versão 12.20.06 30/10/2019 09:57:06

A Licitação, consabido, constitui-se num procedimento administrativo tendente a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública na contratação de obras e serviços. Por óbvio, quanto mais participantes houver, mais e melhores serão as possibilidades da Administração firmar contratos que melhor atendam os seus interesses, e de consequência, o interesse público.

Em razão disto, os administradores públicos não podem se deixar levar por rigorismos inúteis e preciosismos técnicos, pois que apenas retardam e oneram o processo de seleção.

Com a habitual precisão, Hely Lopes Meirelles ensina que:

"A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar [...] É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou [...] Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo" (ob. cit. p. 121 - grifos nossos).

Oportuno, a propósito, invocar a decisão abaixo, proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cujo orientação deveria ser seguida no julgamento do presente recurso, *verbis*:

"Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório" (in RDP 14/240).

Diversos são os procedimentos licitatórios que contaram com a participação da Recorrente, e quando proclamada vencedora, ela cumpre fielmente o contrato administrativo.

III – DO PEDIDO

POR TODO O EXPOSTO, é a presente para requerer o recebimento das presentes RAZÕES DE RECURSO, com abertura do prazo de 05 (cinco) dias úteis para CONTRARRAZÕES, nos termos do art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93, para em seguida, por meio da Comissão Permanente de Licitação, seja **RECONSIDERADA A DECISÃO ATACADA**, em conformidade com o art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93, ou, não sendo este o entendimento, nos termos do mesmo dispositivo, seja determinada a subida dos autos à autoridade superior para apreciação do presente recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, requerendo seja o mesmo **JULGADO PROCEDENTE**, no sentido de anular a decisão exarada em 22/10/2019, para **HABILITAR A EMPRESA RECORRENTE** para participação na fase de julgamento das propostas no certame em comento.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2019.


TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA


Engenheiro Civil
CREA-MG 69.215